

6º
PERÍODO



HISTÓRIA

HISTÓRIA DO BRASIL REPÚBLICA I

DAYSE LÚCIDE SILVA SANTOS



ead.**Unimontes**.br

Dayse Lúcida Silva Santos

História do Brasil República I



Montes Claros/MG - 2011

REITOR

João dos Reis Canela

VICE-REITORA

Maria Ivete Soares de Almeida

DIRETOR DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Huagner Cardoso da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Maria Cleonice Souto de Freitas
Rosivaldo Antônio Gonçalves
Sílvio Fernando Guimarães de Carvalho
Wanderlino Arruda

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Ângela Heloiza Buxton
Arlete Ribeiro Nepomuceno
Aurinete Barbosa Tiago
Carla Roselma Athayde Moraes
Luci Kikuchi Veloso
Maria Cristina Ruas de Abreu Maia
Maria Lêda Clementino Marques
Ubiratan da Silva Meireles

REVISÃO TÉCNICA

Admilson Eustáquio Prates
Cláudia de Jesus Maia
Josiane Santos Brant
Karen Tôres Corrêa Lafetá de Almeida
Káthia Silva Gomes
Marcos Henrique de Oliveira

DESIGN EDITORIAL E CONTROLE DE PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Andréia Santos Dias
Camilla Maria Silva Rodrigues
Clésio Robert Almeida Caldeira
Fernando Guilherme Veloso Queiroz
Francielly Sousa e Silva
Hugo Daniel Duarte Silva
Marcos Aurélio de Almeida e Maia
Patrícia Fernanda Heliodoro dos Santos
Sanzio Mendonça Henriques
Tatiane Fernandes Pinheiro
Tátylla Ap. Pimenta Faria
Vinícius Antônio Alencar Batista
Wendell Brito Mineiro
Zilmar Santos Cardoso

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge - Unimontes
Ficha Catalográfica:

2011

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.

EDITORA UNIMONTES

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
s/n - Vila Mauricéia - Montes Claros (MG)
Caixa Postal: 126 - CEP: 39.401-089
Correio eletrônico: editora@unimontes.br - Telefone: (38) 3229-8214



Ministro da Educação
Fernando Haddad

Secretário de Educação a Distância
Carlos Eduardo Bielschowsky

Coordenador Geral da Universidade Aberta do Brasil
Celso José da Costa

Governador do Estado de Minas Gerais
Antônio Augusto Junho Anastasia

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais
Alberto Pinto Coelho

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Alberto Duque Portugal

Reitor da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes
João dos Reis Canela

Vice-Reitora da Unimontes
Maria Ivete Soares de Almeida

Pró-Reitora de Ensino
Anete Marília Pereira

Diretor do Centro de Educação a Distância
Jânio Marques Dtiás

Coordenadora da UAB/Unimontes
Maria Ângela Lopes Dumont Macedo

Coordenadora Adjunta da UAB/Unimontes
Betânia Maria Araújo Passos

Diretor do Centro de Ciências Humanas - CCH
Antonio Wagner Veloso Rocha

Diretora do Centro de Ciências Biológicas da Saúde - CCBS
Maria das Mercês Borem Correa Machado

Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Paulo Cesar Mendes Barbosa

Chefe do Departamento de Artes
Maria Elvira Curty Romero Christoff

Chefe do Departamento de Ciências Biológicas
Guilherme Victor Nippes Pereira

Chefe do Departamento de Ciências Sociais
Maria da Luz Alves Ferreira

Chefe do Departamento de Geociências
Guilherme Augusto Guimarães Oliveira

Chefe do Departamento de História
Donizette Lima do Nascimento

Chefe do Departamento de Comunicação e Letras
Ana Cristina Santos Peixoto

Chefe do Departamento de Educação
Andréia Lafetá de Melo Franco

Coordenadora do Curso a Distância de Artes Visuais
Maria Elvira Curty Romero Christoff

Coordenador do Curso a Distância de Ciências Biológicas
Afrânio Farias de Melo Junior

Coordenadora do Curso a Distância de Ciências Sociais
Cláudia Regina Santos de Almeida

Coordenadora do Curso a Distância de Geografia
Janete Aparecida Gomes Zuba

Coordenadora do Curso a Distância de História
Jonice dos Reis Procópio

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Espanhol
Orlanda Miranda Santos

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Inglês
Hejaine de Oliveira Fonseca

Coordenadora do Curso a Distância de Letras/Português
Ana Cristina Santos Peixoto

Coordenadora do Curso a Distância de Pedagogia
Maria Narduce da Silva

Autora

Dayse Lúcida Silva Santos

Graduada em História/FAFIDIA/UEMG. Mestre em História e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – FAFICH/UFMG. Professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/IFNMG do Campus de Pirapora.

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

Unidade 1

A República no Brasil: do início à consolidação.	11
Introdução	11
1.1 Diálogos do poder: transição Império-República	11
1.2 Um povo bestializado?	13
1.3 A formação das almas republicanas	16
1.4 A Consolidação da República	21
Referências	23

Unidade 2

O coronelismo e a República Velha	25
Introdução	25
2.1 O coronelismo como fenômeno político no Brasil	25
2.2 O poder dos coronéis	28
2.3 Economia e sociedade na Primeira República	32
Referências	37

Unidade 3

A transição para o governo Vargas	39
Introdução	39
3.1 As Contestações sociais	39
3.2 As revoltas urbanas	46
3.3 Os movimentos operários no Brasil	50
3.4 A década de 1920 e o desgaste da República Velha	53
Referências	57

Unidade 4

O governo de Vargas ente 1930 e 1945	59
Introdução	59
4.1 Da ascensão de Vargas ao Governo Constitucional	59
4.2 O Governo Constitucional	61
4.3 O Estado Novo Varguista (1937-1945)	64
4.4 Política industrial brasileira	66
4.5 A crise do modelo autoritário: o fim da Era Vargas	68
Referências	71
 Vídeos	72
Resumo	75
Referências básicas, complementares e suplementares	77
Atividades de Aprendizagem - AA.	81

Apresentação

A disciplina História do Brasil República I é integrante da Matriz Curricular do Curso de História da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

O presente material didático dessa disciplina busca apresentar e discutir com você a nossa História no período Republicano brasileiro de 1889 a 1945. O que denominamos em nossa matriz curricular como sendo o conteúdo de Brasil República I, comumente, estudamos nos livros didáticos como a República Velha (1880 a 1930) e a Era Vargas (1930 a 45).

Vale ressaltar que neste material você encontrará diversas figuras que foram apropriadas por nós, visando estimular a sua crítica imagética. Sendo assim, aconselhamos analisar as imagens pensando sempre em seu contexto de produção e os interesses de quem as produziu e a quem ou a qual grupo social elas eram endereçadas. As figuras a que nos referimos são fotografias, recortes de jornais, charges, entre outras.

A distribuição do conteúdo em quatro grandes blocos de discussão contou inicialmente com o diálogo com o professor Alysson Luiz Freitas de Jesus, a quem agradecemos nesse instante. Feitas essas considerações, chamamos a sua atenção para que observe o modo como organizamos esse material. Vejamos:

Com o intuito de apresentar a você o processo histórico relativo à passagem do Império à República, organizamos a Unidade I: A República no Brasil: Do início à consolidação e, para tanto, destacamos os seguintes pontos de reflexão:

- Diálogos do poder: transição Império-República.
- Um povo bestializado?
- A formação das almas republicanas.
- A Consolidação da República.

Visando estimular a reflexão sobre o período em questão, no que tange às escolhas políticas e a característica socioeconômica da nossa República nascente, organizamos a **Unidade II: O coronelismo e a República Velha** e, para tal discussão, destacamos os itens a seguir:

- O coronelismo como fenômeno político no Brasil.
- O poder dos coronéis.
- Economia e sociedade na Primeira República.
 - a. A sociedade do café.
 - b. A sociedade da borracha.
 - c. Os ideais de modernidade e a *belle époque*

A compreensão dos processos históricos como imbuídos do caráter de mudança é importante para o historiador, pois é o que o forma com uma visão de que as “coisas” não são estáticas. Buscamos construir uma discussão que demonstrasse esse princípio ao organizarmos a **Unidade III: A transição para o governo Vargas** e, para que melhor pudéssemos perceber isso, dividimos tal unidade nos seguintes itens:

- As Contestações sociais
 - a. Guerra de Canudos
 - b. Guerra do Contestado
 - c. o Cangaço
- As revoltas urbanas
 - a. a Revolta da Vacina
 - b. a Revolta da Chibata ou a Revolta dos Marinheiros
- Os movimentos operários no Brasil
- A década de 20 e o desgaste da República Velha
 - a. A semana de arte moderna de 1922
 - b. A fundação do partido comunista
 - c. A crise de 1929
 - d. A revolução de 1930

Buscando alcançar os anos 1940, abrimos outra discussão a respeito da chamada Era Vargas e para tal a **Unidade IV: O governo de Vargas de 1930 a 1945**. Esta está organizada a partir dos seguintes pontos de discussão:

- Diálogos do poder: transição Império-República.
- Um povo bestializado?
- A formação das almas republicanas.
- A Consolidação da República.

Por fim, vale ressaltar que as unidades descritas foram organizadas pensando na diversidade da discussão dessa temática entre os historiadores e, diante disso, procedemos à escolha de alguns autores que consideramos fundamentais para a sua leitura.

Temos plena consciência de que o assunto aqui tratado não se esgotou e que, como em todas as escolhas, alguns assuntos e autores não foram contemplados. Todavia, entendemos o quanto é importante você desenvolver a visão de dar continuidade aos seus estudos a partir de uma base sólida. Procurando contribuir com a sua formação, desejamos que este material faça parte dessa base.

Bom estudo!

Profª Dayse Lúcida Silva Santos

UNIDADE 1

A República no Brasil: do início à consolidação

Introdução

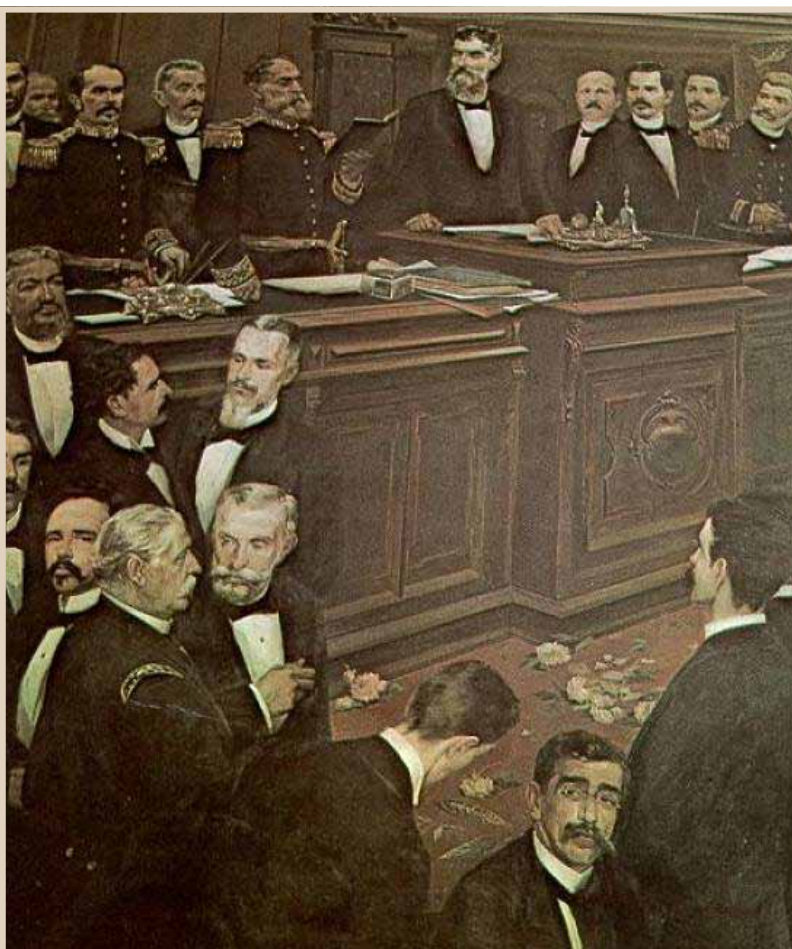
Esta primeira Unidade da disciplina Brasil República I tem como objetivo precípuo entabular uma discussão sobre o contexto histórico da “virada” do Império para a República no Brasil.

Você se defrontará com situações comuns, que até os dias de hoje corriqueiramente usamos em nosso cotidiano: notas e moedas. Entretanto, utilizaremos moedas e notas um pouco mais antigas e que deram origem à unidade de cruzeiro em priscas eras e, atualmente, desaguou no atual real que utilizamos em 2011.

Entenderemos, por meio de diversas indagações, os diálogos do poder, a participação popular no momento importante para o Brasil e o modo como a alma republicana foi forjada nesse país e caminhou para a consolidação ao longo de breve tempo.

Boa Aula!

1.1 Diálogos do poder: transição Império-República



◀ Figura 1: Imagem representativa da Primeira Carta Magna brasileira do período da República Velha no Brasil, publicada em 24 de fevereiro de 1891 no Diário Oficial da União.

Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br/festas/brasil17.htm> acesso em 20/12/2010.

DICAS

Vamos conhecer um pouco mais sobre a primeira Carta Magna brasileira?

Acesse o documento na íntegra em:
<http://www.novomilenio.inf.br/festas/brasil17.htm>
 Ao ler a nossa primeira Carta Magna republicana procure perceber no texto o papel dos Estados e Municípios nessa República nascente.

Destaque alguns aspectos que lhe chamaram a atenção na constituição e poste no Fórum criado pelo professor visando socializar diferentes "impressões" sobre esse documento.

PARA REFLETIR

A Constituição brasileira de 1891 adotou em grandes linhas o modelo da Constituição dos Estados Unidos.

Sua principal característica foi o presidencialismo. O presidente é eleito com mandato por quatro anos, com vice-presidente, não podendo haver reeleição. Também os estados tinham presidentes, os quais eram eleitos em cada uma de suas unidades federativas.

Adotamos, ainda, do modelo norte americano a divisão entre três poderes:

- o Executivo (que executa as leis ou encaminha projetos de lei para o Congresso);
- o Legislativo (Câmara dos Deputados e Senado que fazem as leis);
- o Judiciário (Julga conflitos entre os cidadãos e interpreta as leis, inclusive a Constituição).

Vale destacar algumas outras características:

- direito de voto para os homens maiores de 21 anos alfabetizados, o voto não era secreto e não existia justiça eleitoral.
- decretada a separação da Igreja Católica e Estado, ou seja, laicização do Estado.
- institucionalização do casamento civil, registro de óbito e nascimento pelo Estado.
- definição do Estado como nitidamente liberal.

Analisemos a figura. Ela representa a sala das Sessões do Congresso Nacional Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, como espaço físico privilegiado. Aos 24 dias do mês de fevereiro de 1891, a constituição foi promulgada e iria mudar os rumos do Brasil no sentido de constituir um país republicano, abandonando de modo mais definitivo seus veios políticos monarquistas no poder instituído.

Inicialmente, podemos questionar: de onde veio o modelo de governo instituído na Primeira República? Ou melhor, em qual povo/nação a elite brasileira irá se inspirar para definir o seu modelo de governabilidade? O dia 15 de novembro de 1889, data em que comemoramos até os dias de hoje como marco político importante em nossa história, guarda marcas de processos anteriores de desejo de instituição de um novo regime político? Ou essa foi uma data marcante apenas no sentido de que naquele ano se iniciava um novo tempo que abandonava o passado monarquista?

Certamente você deve ter se perguntado sobre essas questões aqui levantadas. Vamos compreender melhor esse momento político brasileiro?

Vejam que a nossa constituição de 1891 tem como abertura as palavras: "Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos" a presente Carta (CONSTITUIÇÃO, 1891). Encontramos dizeres semelhantes na Constituição da República dos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Caso você esteja desconfiado de que a influência de nossa república tenha vindo dos Estados Unidos, você acertou! Ainda, é importante destacar que tal influência foi notada desde o século XVIII, especialmente no movimento de Inconfidência Mineira ocorrido em Minas Gerais, em 1789.

Logo, você já percebeu que outro questionamento feito acima foi respondido: a noção de República no Brasil remonta ao século XVIII, entretanto, esta não teve força majoritária para se fazer presente no sistema governamental adotado. Sendo assim, assistimos, durante o século XIX, o Império como o sistema de governo estabelecido até 1889. A nossa República foi instituída a partir dessa data, mas constituiu-se, paulatinamente, no processo histórico e teve grande impulso ao final dos anos 1860/70, notadamente com o fortaleci-

mento dos jornais e partidos abolicionistas e republicanos.

Essa constituição representava o momento político liderado pelas elites agrárias no Brasil quando implantamos o voto universal para os cidadãos. Dizendo assim até que é interessante, não é mesmo? Entretanto, as ressalvas existiram, pois as mulheres, os analfabetos e os militares de baixa patente não votavam. A ideia de cidadania veiculada na constituição de 1891 atendeu à cerca de 3% da sociedade brasileira.

O momento histórico que se estende de 1889 a 1893 foi marcado pela atuação de militares no poder, notadamente o Marechal Deodoro da Fonseca, que em 1891 renunciou, e o seu vice, Floriano Peixoto, assumiu o cargo político mais importante no país. O cerco à monarquia (regime político anterior: 1822 a 1889) vai se fechando e a república ganhando cada vez mais espaço.

Já o período de 1894 a 1930 foi caracterizado pela presença de civis no poder, notadamente aqueles ligados ao setor agrário-exportador cuja atuação foi marcante nos partidos políticos republicanos brasileiros, especialmente o Partido Republicano Mineiro (PRM) e o Partido Republicano Paulista (PRP).

Soma-se ao processo de modificação do nosso regime político fatores históricos que se processavam desde o século XIX, a saber:

- o crescimento econômico do oeste paulista cuja base era o café e possuía interesses por vezes conflitantes com os do Império do Brasil no período da segunda metade dos oitocentos;
- o crescente desenvolvimento urbano no país e as alterações no sistema escravista até culminar com a abolição da escravatura em 1888;
- a insatisfação no exército, que desejava obter prestígio profissional além de ser uma classe que não podia manifestar as suas reclamações;
- o questionamento do alto custo e do despreparo do Império brasileiro frente às guerras internas e externas, bem como a constatação de que o nosso Império não dava conta de promover o progresso material almejado por grande parte de nossa elite.

Uma análise do historiador marxista Buonicore (2010) aponta para duas estratégias distintas no processo de substituição da Monarquia pela República, vejamos:

Uma defensão que essa mudança deveria se dar dentro da ordem, sem grande mobilização popular, outra advogava a derrubada revolucionária da monarquia.

Essas duas correntes do republicanismo estavam ligadas a distintas bases sociais. A reformista era composta, fundamentalmente, por elementos vinculados à aristocracia agrária. Os radicais às parcelas urbanas, especialmente às classes médias. O republicanismo moderado – ou conservador – tinha maior força em São Paulo e o radical no Rio de Janeiro. Embora os reformistas fossem hegemônicos nos dois estados.

Entre os republicanos mais exaltados se encontravam Silva Jardim e Lopes Trovão. Acreditavam que a República precisava ‘ser feita nas ruas e em torno dos palácios do imperante e de seus ministros’ e que não se poderia ‘dispensar um movimento francamente revolucionário’. Por outro lado, ainda em 1881, o principal líder nacional dos republicanos, Quintino Bocaiuva, condenava os que ‘procuravam encaminhar a causa republicana para uma solução violenta e inoportuna’, os que almejavam desviar o movimento ‘do campo da discussão e da propaganda pacífica, para o campo da revolução armada, fazendo-o abandonar as armas da persuasão e da influência moral para substituí-la pelo facho incendiário da discórdia civil e da guerra fratricida’.

No decorrer da década de 1880 estabeleceu-se uma aliança entre os ‘republicanos históricos’ paulistas, os reformistas e positivistas do Rio de Janeiro, que isolou a ala radical do Partido Republicano Nacional. Silva Jardim, como Lopes Trovão, acabaram sendo postos à margem do movimento quando ele estava prestes a tornar-se vitorioso (BUONICORE, 2010, p.1)

Mas, ainda nos falta compreender o papel do *povo*. Será que o povo assistiu a todo o processo da Proclamação da República brasileira bestializado? Ou melhor, alheio ao movimento político que acontecia naquele instante? Essas questões incomodaram ao cientista político e historiador José Murilo de Carvalho e, dentre tantas obras desse autor, podemos trabalhar com duas delas: “Os Bestializados” e a “Formação das Almas”. Em ambas, a República brasileira é a temática central.

1.2 Um povo bestializado?



◀ Figura 2: El Rey, nosso senhor e amo, dorme o sono da... indiferença. Os jornais, que diariamente trazem os desmandos desta situação, parecem produzir em S. M. o efeito de um narcótico. Bem aventurado senhor! Para vós o reino do céu e para o nosso povo, o do inferno. Figura publicada na Revista Ilustrada, ano 10, n.415, 27/07/1885.

Fonte: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-povo-assistiu-aquilo-bestializado-artigo-de-aristides-lobo-1889
Acesso em 22/12/2010.

Figura emblemática. Qual é a impressão que você tem ao ver a representação do Império brasileiro nessa condição? Podemos arriscar inoperância? Falta de agilidade diante das mudanças processadas no final do século XIX? Desconsideração com as reclamações advindas do povo que de algum modo apareciam nas páginas dos jornais? Vamos compreender melhor o significado da crítica contida na figura que abre o nosso item.

Aristides da Silveira Lobo (1838-1896) era um dos jornalistas republicanos indignados com a situação do país. Como jurista e político abolicionista, em 1889, reuniu esforços para publicar no Diário Popular uma carta intitulada: "O povo assistiu àquilo bestializado". Na sua percepção, a atuação do *povão* diante da proclamação da República brasileira no Rio de Janeiro, em 1889, foi assistir sem participar diretamente.

Vamos ler essa carta para formarmos a nossa opinião?

Cartas do Rio (*) ACONTECIMENTO ÚNICO

Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1889.

Eu quisera poder dar a esta data a denominação seguinte: 15 de Novembro, primeiro ano de República; mas não posso infelizmente fazê-lo. O que se fez é um degrau, talvez nem tanto, para o advento da grande era.

Em todo o caso, o que está feito, pode ser muito, se os homens que vão tomar a responsabilidade do poder tiverem juízo, patriotismo e sincero amor à liberdade. Como trabalho de saneamento, a obra é edificante. Por ora, a cor do Governo é puramente militar, e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração do elemento civil foi quase nula.

O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada. Era um fenômeno digno de ver-se.

O entusiasmo veio depois, veio mesmo lentamente, quebrando o enleio dos espíritos. Pude ver a sangue-frio tudo aquilo.

Mas voltemos ao fato da ação ou do papel governamental. Estamos em presença de um esboço, rude, incompleto, completamente amorfo.

Bom, não posso ir além; estou fatigadíssimo, e só lhe posso dizer estas quatro palavras, que já são históricas.

Acaba de me dizer o Glycério que esta carta foi escrita, na palestra com ele e com outro cor-religionário, o Benjamim de Vallonga.

E no meio desse verdadeiro turbilhão que me arrebatava, há uma dor que punge e exige o seu lugar - a necessidade de deixar temporariamente, eu o espero, o Diário Popular.

Mas o que fazer? O Diário que me perdoe; não fui eu; foram os acontecimentos violentos que nos separaram de momento.

Adeus. Aristides Lobo

(*) Cartas do Rio era o título da coluna que o jornalista mantinha no Diário Popular.

Fonte: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-povo-assistiu-aquilo-bestializado-artigo-de-aristides-lobo-1889 Acesso em 22/12/2010.

É nítida a indignação de Aristides Lobo diante da participação popular na República nascente, pois este ficou atônito ao ver uma *parada militar* diante de seus olhos.

Esse documento histórico que você acabou de ler foi também representado na pintura de Benedito Calixto (1853-1927). Essa imagem buscou representar a movimentação das tropas do exército sob o comando de Marechal Deodoro da Fonseca, sem presença de *populares* na demonstração.

Vejamos a figura.



Possivelmente, a figura não nos remete à situação de tensão, mas de demonstração de força e poder, o poder republicano! É importante assinalar que, como apontou a pintura de Calixto, a proclamação da República tem mais a ver com a atuação do Exército, das classes urbanas médias e dos fazendeiros do Oeste Paulista, bem como com o desprestígio da Monarquia, do que com uma atuação de populares.

Buscando compreender melhor o uso do termo “povo bestializado”, o José Murilo de Carvalho nos forneceu uma leitura importante sobre o evento. Ele apresenta uma narrativa histórica, contextualiza o momento social vivido na virada do século XIX para o XX, por diferentes sujeitos que viram importantes mudanças se processarem no seu tempo.

Nesse contexto, a proibição do voto dos analfabetos já demonstrava que a nossa República distinguiria claramente a população entre sociedade civil e sociedade política. Contradição marcante, pois, desde o Império, poucos eram os que sabiam ler e escrever no Brasil. O projeto de República nasce marcado pela exclusão que facilitava a manutenção de uma classe dominante no poder.

José Murilo de Carvalho ainda nos lembra de que a escolha do modelo federalista de 1891, em nossa primeira Constituição, favoreceu e fortaleceu as oligarquias locais que acabaram por se perpetuar no poder (CARVALHO, 2005) e que ainda vemos resquícios disso até os dias atuais.

Ideologicamente, o nosso estado republicano nascente foi marcado pela dificuldade em ampliar a cidadania, gerando a sensação de descrença, descrédito, conduzindo a uma situação propícia ao desenvolvimento do anarquismo junto às classes operárias. José Murilo de Carvalho chama a nossa atenção para o fato embaraçoso em que nossas elites se encontravam: por um lado, era preciso implantar a democracia visando à consolidação do poder de nossas elites, entretanto, por outro lado, essa democracia não deveria ser estendida à população menos favorecida da sociedade. Tal situação gerou insatisfação (CARVALHO, 2005).

Poderíamos entender a expressão “povo bestializado” como sendo “massa de manobra”, simplesmente? José Murilo de Carvalho nos orienta a abandonar esse tipo de interpretação simplista e cômoda para o historiador. Não podemos ser ingênuos em acreditar em total falta de movimentação da população. Muitas das poucas pessoas que podiam votar, não votavam. Muitas pessoas de diferentes segmentos sociais se envolveram ativamente nos movimentos sociais populares de rebelião na primeira República. Enfim, muitas pessoas preferiram manter distância de um sistema no qual não se sentiam incluídos. Nos dizeres de Martha Abreu, a recusa de participação que os populares cariocas apresentavam significava que estes percebiam que a promessa de cidadania feita pela República era, na realidade, uma farsa (ABREU, 2009).

▲
Figura 3: Óleo sobre tela de Benedito Calixto (1853-1927), Proclamação da República, 1893.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_AxCu-BauIBF0/SSAAnUdC4eI/AAAAAA-s/E9q8bGp7X-w/s1600/proclama%C3%A7%C3%A3o+da+republica.jpg acesso 22/12/2010.

ATIVIDADES

Ao ler o texto de Aristides Lobo e analisar a figura sobre a proclamação da República (figura 3), discuta no ambiente virtual da disciplina as representações contidas em ambos documentos históricos.

1.3 A formação das almas republicanas



Figura 4: Cartão Postal editado por Typo-Lito Pimenta de Mello & Cia – Rio. A PROPAGANDA - A FIGURA MAIOR/ DEODORO (1827-1892) - A PROCLAMAÇÃO

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_NaEPDaj4OM/TN_QkPEP-sml/AAAAAAAAACuk/dwQQ9XOIdDU/s1600/CP-OSTAL+PROCLAMA%25C3%2587%25C3%2583O2.JPG Acesso em 23/12/2010.

Ao longo da República Velha, que é a denominação convencional para a história republicana que vai da proclamação (1889) até a ascensão de Getúlio Vargas em 1930, o Brasil conheceu uma sequência de treze presidentes. Vejamos:

Fonte: <http://www.culturabrasil.pro.br/imagens/presidentes.jpg> Acesso em 22/12/2010.

Os presidentes da República Velha:

1. Manuel Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891);
2. Floriano Vieira Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894);
3. Prudente José de Moraes Barros (15/11/1894 a 15/11/1898);
4. Manuel Ferraz de Campos Sales (15/11/1898 a 15/11/1902);
5. Francisco de Paulo Rodrigues Alves (15/11/1902 a 15/11/1906);
6. Afonso Augusto Moreira Pena (15/11/1906 a 15/6/1909);
7. Nilo Procópio Peçanha (15/6/1909 a 15/11/1910);
8. Hermes Rodrigues da Fonseca (15/11/1910 a 15/11/1914);
9. Venceslau Brás Pereira Gomes (15/11/1914 a 15/11/1918);
10. Delfim Moreira da Costa Ribeiro (15/11/1918 a 28/7/1919);
11. Epitácio da Silva Pessoa (28/7/1919 a 15/11/1922);
12. Artur da Silva Bernardes (15/11/1922 a 15/11/1926);
13. Washington Luís Pereira de Sousa (15/11/1926 a 24/10/1926)

O cartão postal visto na figura é emblemático para a nossa análise. Essa é uma publicação oficial e foi comemorativa de um evento político, por isso é condutor de intencionalidades, como todo documento histórico. Em sua composição observamos nitidamente que o cartão é constituído por três partes importantes, as quais constituem a mensagem a ser divulgada pelo Estado Republicano, visando explicitar a alma da República:

- À esquerda a “Propaganda”: “a sombra da bandeira da liberdade sem que o sangue de irmãos fosse derramado - a ideia da Republicana evoluiu e se tornou o anseio maior do Exército Brasileiro”. Podemos observar que, como pano de fundo, existe uma crítica e uma mensagem de “paz”. Diferentemente do que o fez o Império, a República quer criticar as baixas brasileiras durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). A mensagem de paz pode ser percebida no sentido de que o agora se quer outro país, mais evoluído – porque republicano – e que goza de liberdade.
- Compondo essa alma republicana, vemos ao centro do cartão postal o responsável pela proclamação da República Brasileira, o mito, o herói nascendo e sendo divulgado. Nos dizeres do cartão: “A figura maior: herói e condutor a cuja voz o Império ruiu”. Vemos a edificação de um herói nacional.
- À direita, o feito, a proclamação. Nos dizeres do cartão postal: “Sob o emblema da terra libertada num exemplo magnífico dado ao mundo – a República se tornou uma realidade palpitante e caminhou vitoriosa pelas armas engalanadas.” As armas eram como enfeites, por isso não houve derramamento de sangue. O exemplo que se quer demonstrar ao mundo é o de mudança sem grande alarde, sem derramamento de sangue, pacífica.

Vejamos o encadeamento das mensagens contidas no cartão: à sombra da bandeira da liberdade (propaganda) a ação de um homem (Deodoro da Fonseca), de um herói, realizou-se um grande feito político (a proclamação). Observem que essa é uma construção ideológica importante para firmar a imagem de uma República nascente, fortificada pelos ideais de liberdade. Afinal, há pouco tempo o país tinha se libertado da escravidão (1888), embora tenha criado tantas outras mazelas sociais.

GLOSSÁRIO

Justiça Eleitoral :

Em 1916, o Presidente Wenceslau Brás, preocupado com a seriedade do processo eleitoral, sancionou a Lei nº 3.139, que entregou ao Poder Judiciário o preparo do alistamento eleitoral. Por confiar ao Judiciário o papel de principal executor das leis eleitorais, muitos percebem nessa atitude o ponto de partida para a criação da Justiça Eleitoral, que só viria a acontecer em 1932.

Fonte: <http://cri-xasgoias.blogspot.com/2010/09/justica-eleitoral-passando-pelo.html> Acesso em 23/12/2010.



◀ Figura 5: A Marianne, símbolo da República Francesa, representada por Eugène Delacroix em “A liberdade Guiando o Povo”.

A moça “surgiu” durante a Revolução francesa, em 1789, mas somente em meados do século XIX se tornou imagem oficial da França e dos movimentos republicanos. Países como o Brasil e Portugal são bons exemplos do uso dessa simbologia além da França.

Fonte: http://1.bp.blogspot.com/_WMYV8-sprKw/Sso2u-J0UImI/AAAAAAAAABe0/zx4fCtlf1zc/s400/+Liberdade+Guiando+o+Povo++Delacroix.JPG Acesso em 23/12/2010.

Como nos dizeres do Jornal carioca “Gazeta da Tarde”, em 15 de novembro de 1889, desejava-se criar a sensação de novo tempo, de uma nova fase na vida dos brasileiros, mesmo não sendo essa a realidade mais próxima da maioria das pessoas: “a partir de hoje o Brasil entra em nova fase, pois pode se considerar finda a Monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as conseqüências da liberdade.”

Podemos dizer que foram nesses “novos-velhos tempos” que se iniciou a consolidação do sistema republicano. Expurgar imediatamente a família real era condição importante para impedir tentativas de retomada do poder de forças imperiais. As nossas elites agrárias alojaram-se no poder paulatinamente a partir de então.

O papel moeda também foi usado como veículo para a construção da “alma republicana” via a criação de símbolos carregados de significados consonantes com o regime republicano.

Analisaremos a criação de outros símbolos que foram veiculados em papel moeda e procuraremos perceber a ambiguidade existente nessas construções. As primeiras cédulas brasileiras que foram impressas sob o nome de República dos Estados Unidos do Brasil datam de 1890, tendo os valores de 1, 2, 5, 10, 20 e 100 mil réis.

Figura 6: Cédula de 20 Mil Réis - Data emissão 1890 (R111). Estampa do lado direito “Colheita de Café”; lado esquerdo cupido ladeado por duas mulheres. Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_NaEPDaj4OM/TNI-vTQsAnil/AAAAAAACsk/bm-faZJifvM/s1600/xxxx.JPG



Observamos claramente a tentativa de criação de símbolos para a República na esperança de aproximar a noção de República da noção de Brasil.

A nota de vinte mil réis traz consigo duas representações importantes a serem destacadas. Ao lado esquerdo da cédula observamos duas mulheres. Tais mulheres aparecem como musas representativas da liberdade, uma espécie de modelo no qual os republicanos se inspiraram para apresentar a figura feminina segundo o molde francês de Marianne (ver figura 6). Essa imagem trazia em si o significado, em França, da liberdade, apregoada pelos movimentos republicanos. Ao lado direito vemos a representação da colheita de café, da agricultura, representação do nosso principal elemento de exportação naquele momento.

Vale ressaltar que, no Brasil, a utilização da figura feminina como símbolo foi algo no mínimo estranho para a maioria da população, a qual estava mais afeita a uma constituição machista da sociedade. Para Carvalho, o uso da alegoria feminina era duplamente falha,

no significado, no qual a República se mostrava longe dos sonhos de seus idealizadores, e do significante, no qual inexistia a mulher cívica, tanto na realidade, como em sua representação artística (CARVALHO, 1990, p. 96)

De todo modo, até os dias atuais observamos a permanência do rosto representativo de Marianne nas cédulas de 1 e 100 reais. Vejamos:



Figura 7: Cédula de 1 real.

http://3.bp.blogspot.com/_vLdzkHj6DFM/S9Yfh8uzCVI/AAAAAAAAACK/VmHFy7a9X1E/s1600/nota+d+1real.jpg
Acesso em 06/01/2011.



Figura 8: Cédula de 100 reais. Segundo o Banco Central, trata-se de uma "efígie simbólica da república, interpretada sob a forma de escultura". Repare que, além da coroa de louros, ela usa uma touca: é o barrete frígio (da Frígia, na atual Turquia), outro ícone republicano. O barrete frígio e a coroa de louros, respectivamente, representam uma herança romana, a liberdade e a vitória militar.

Fonte: http://www.baixaki.com.br/imagens/materias/ock_000005671305Medium_baixaki.jpg
Acesso em 06/01/2011.

No modo de ver de José Murilo de Carvalho pode-se afirmar que o imaginário da República não apresenta espaço para os populares, considerando que há ausência de sentido, pouco ou quase nada de significação, de representatividade desses símbolos. Nesse sentido, o autor esclarece

Por que o fracasso da representação positiva da República como mulher? A busca de explicação poderá ir em várias direções. Mas o centro da questão talvez esteja na observação já referida de Baczkowski de que o imaginário, apesar de manipulável, necessita, para criar raízes, de uma comunidade imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos, só criaram raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo. Parece-me que na França havia tal comunidade de imaginação. No Brasil, não havia (CARVALHO, 1990, p. 89).

A significação, a mensagem contida nessas representações são objetos da história. São objetos portadores de mensagens representativas dos anseios de uma sociedade, das suas esperanças e de suas crenças. Tais artefatos, de acordo com o conceito de representação, como já estudado anteriormente nesse curso, trazem à memória "coisas" ausentes materialmente, mas presentes na memória e que se quer perpetuar. No caso do Brasil, todo o processo relativo à proclamação e solidificação da República foi encabeçado pelos grupos participantes do Estado, quer como dirigentes, quer como opositores formais. Ainda, podemos afirmar que o processo de construção da memória e a construção do imaginário da nação também ficaram sob os cuidados desses grupos. Logo, os grupos sociais menos abastados levariam mais tempo para se apropriarem desse processo e nele intervir.

Realmente, a propaganda republicana brasileira não apresentava apelo popular. A nossa mudança de regime gerou a sensação de golpe de estado. Todavia, é importante saber que o movimento político republicano no Brasil não era unânime e divergia quanto ao significado da liberdade. A esse respeito, Jorge Zeidan Araújo afirma que

A primeira pode ser entendida como a liberdade dos antigos, que havia caracterizado as antigas repúblicas gregas e também Roma, ademais de ter sido defendida pelos jacobinos na Revolução Francesa. Era a liberdade do homem público, a liberdade de participar de maneira coletiva do governo e da soberania, liberdade de decidir na praça pública os negócios da república. Segundo Constant, esse tipo de liberdade se havia tornado impraticável nos tempos modernos, aos quais se ajustava um outro tipo de liberdade.

ATIVIDADES

Realize uma pesquisa na internet sobre o Hino Nacional e a Bandeira Brasileira Republicana.

Poste os comentários do que foi encontrado (com as devidas referências) no ambiente virtual da disciplina.

Discuta: qual o significado dos símbolos presentes nos objetos oficiais da República Brasileira?

A liberdade dos modernos era a liberdade do homem privado, liberdade de ir e vir, de propriedade, de opinião e liberdade religiosa. Esse tipo de liberdade não exclui o direito de participar politicamente, porém essa participação não é mais direta, mas feita através de representação. Ainda de acordo com Constant, o desenvolvimento do comércio e da indústria havia feito que as pessoas não mais possuíssem tempo nem tampouco interesse para participar nos debates e nas resoluções em praça pública (ARAÚJO, 2010, p.32).

Como você pode ter observado, a noção de liberdade não corria por uma única visão, um único veio! Ao contrário, percebemos que essas noções embalavam diferentes posicionamentos políticos no Brasil de antanho, todavia “descolados” da realidade, assim:

Ambos os modelos não consideravam um componente fundamental da realidade nacional e que, em parte, na opinião de (José Murilo de) Carvalho, seria o responsável pela dificuldade brasileira com esses dois modelos de liberdade: a inexistência anterior de um sentimento de comunidade, de identidade coletiva. Na Antiguidade, esse sentimento seria a sensação de pertença à uma cidade, enquanto que modernamente, seria a consciência de fazer parte de uma nação. Uma característica comum aos dois modelos seria essa sensação de possuir uma identidade coletiva, de identificar-se como parte de uma comunidade (ARAÚJO, 2010, p.33).

Vale lembrar aqui que outros símbolos foram construídos e representados como pertencentes à nova República Brasileira. O hino e a bandeira, símbolos formais de um Estado-nação (os atuais hino e bandeira de inspiração positivista) foram criados e associaram tradição e mudança.

Mas nesse instante houve a criação de um mito, já dito a vocês em diversas outras disciplinas do Curso de História da Unimontes, muito famoso até os dias atuais: Tiradentes. Talvez o melhor termo a ser utilizado não seja o de criação de um mito, mas de reinvenção. A figura de Tiradentes foi bem aceita pelos monarquistas que queriam usar a sua figura contra a dominação portuguesa e os republicanos que exploraram a face de um “cristo” martirizado, de um soldado que morreu por sua pátria. Talvez por isso, Tiradentes foi muito mais aceito como herói nacional do que republicano. Mas qual figura de Tiradentes a República quis enaltecer?



Figura 9: Tiradentes Esquartejado em tela de Pedro Américo, 1893.

Fonte: <http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/tiradentes/imagens/tiradentes-17.jpg> Acesso em 15/09/2010.

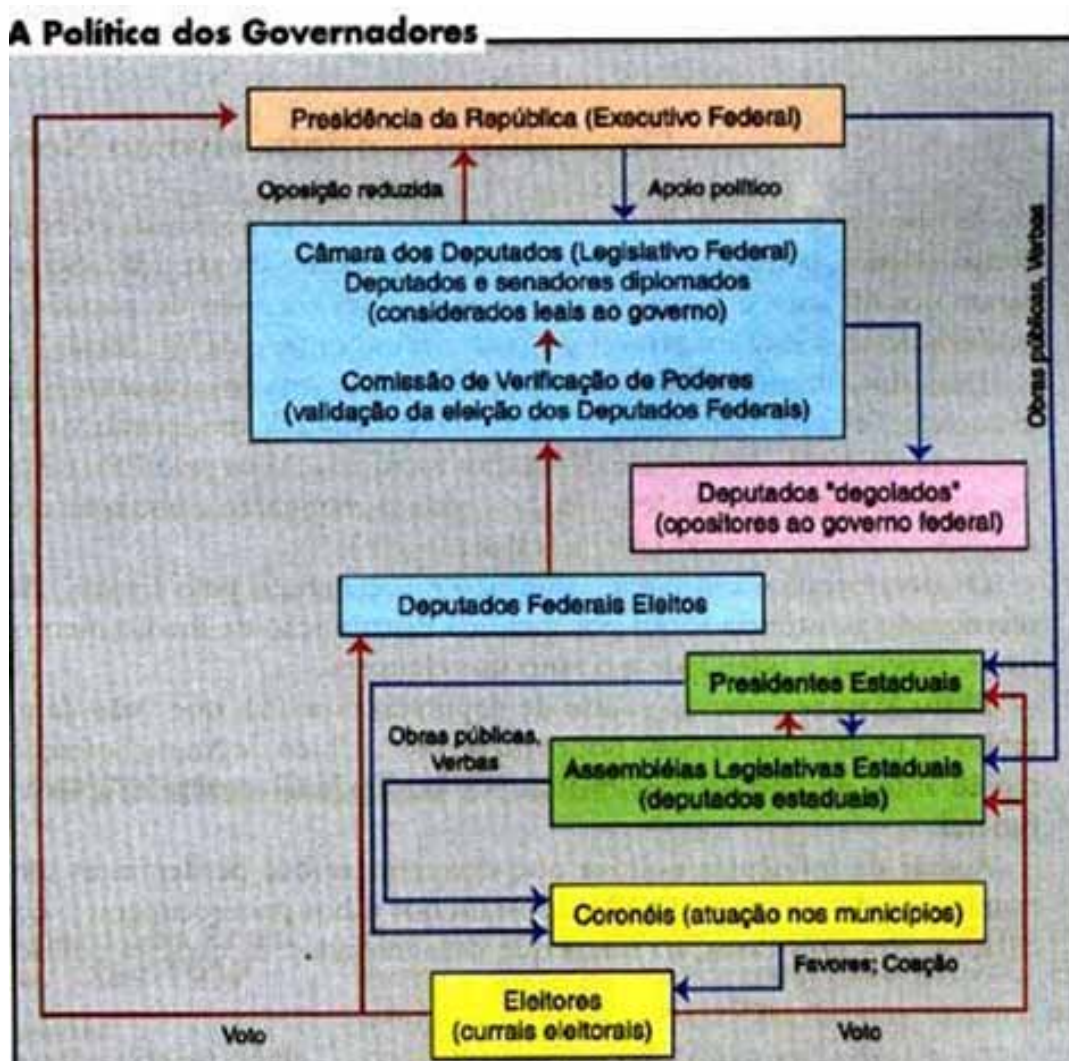
Essa figura de Tiradentes esquartejado aponta que, naquele instante, a tradição e os valores religiosos é que faziam sentido para os brasileiros. Isso também explica porque a alegoria de Marianne não foi apropriada pelo povo. A respeito da figura de Tiradentes, concluimos com as palavras de Carvalho:

A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam também a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República.

Ele se mantém como herói republicano por conseguir absorver todas essas fraturas, sem perder a identidade. Ao seu lado, apesar dos desafios que surgem nas novas correntes religiosas, talvez seja ainda a imagem da Aparecida a que melhor consiga dar um sentido

de comunhão nacional a vastos setores da população. Um sentido que, na ausência de um civismo republicano, só poderia vir de fora do domínio da política. Tiradentes esqueteado nos braços da Aparecida: eis o que seria a perfeita *pietã cívico-religiosa* brasileira. A nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstruir” (1990, p.141).

1.4 A Consolidação da República



◀ Figura 10: A política dos governadores.

Fonte: http://4.bp.blogspot.com/_hM4wb6toj_0/S7X_2PLUqGI/AAAAAAAAAn8/m06ZB0zvHeM/s1600/politica+Governadores.png Acesso em 23/12/2010.

A figura demonstra um organograma do poder e de influências políticas durante a Primeira República. Nesse item nos ocuparemos em compreender esse processo. Antes, porém, vale destacar algumas ações políticas mais imediatas, notadamente no período do governo provisório (1889-1891) liderado por Deodoro da Fonseca e por Floriano Peixoto (1891-1893). O fazer político mudou. Vejamos.

As câmaras municipais e as assembleias provinciais foram dissolvidas, foram demitidos os presidentes das províncias e novos dirigentes foram indicados para esses lugares políticos. Constituiu-se uma força militar e civil mais heterogênea para por em desenvolvimento o aparelho administrativo republicano brasileiro.

Os municípios ganharam bastante autonomia política e financeira, o que levou a um grande jogo pelo poder em alcance municipal e sob domínio de coronéis. Todavia, podemos dizer que foi com Prudente de Moraes (1894-1897) e com Campos Sales (1898-1902) que as oligarquias agrárias tiveram mais sucesso no poder, notadamente as de São Paulo e de Minas Gerais, dando base para uma dita “política de governadores”, a qual buscava assegurar amplo apoio do Congresso Nacional à política financeira e aos acordos realizados junto ao capitalismo internacional.

ATIVIDADES



Figura 11: Charge do Jornal O Malho, 1901.

Fonte: http://3.bp.blogspot.com/_39ephwOKYhQ/SSN6UmLiKI/AAAAAAAAABM/6Df5dxwL_cQ/s400/charge_g.jpg

Vamos discutir a mensagem que a imagem acima traz a partir do que foi estudado até o momento?

O pacto existente entre o governo federal do início da República Velha e os governadores foi muito perspicaz. Você consegue imaginar tal situação? Afinal, que política é essa? Que arranjos são esses? Como você pode ter observado na figura intitulada “a política dos governadores” (a imagem que abre esse item) demonstra bem as transações e arranjos políticos durante a República Velha.

Nessa política cabia aos governadores dos Estados elegerem deputados e senadores que tivessem uma postura de fidelidade ao Governo Federal, ao passo que ao presidente do Brasil cabia cumprir o pacto de não interferência na política eleitoral estadual. É explícito esse arranjo político, essa troca de favores e de interesses para a implantação e consolidação de grupos oligárquicos no poder dos Estados.

Para que tal política desse certo, dois instrumentos importantes ganharam força, a saber: a Comissão de Verificação de Poderes e o Coronelismo. A aceitação dos resultados de um processo eleitoral era feita pela Comissão de Verificação de Poderes, ligada diretamente ao poder Legislativo da República. Tal comissão, formada por deputados, é que oficializava os resultados das eleições. Mas, quem tinha poder efetivo sobre a comissão? O presidente da República. A política dos governadores foi efetivada em função, também, das leis eleitorais, pois não havia:

- justiça eleitoral independente;
- o voto não era obrigatório, nem secreto;
- as apurações eram organizadas e controladas pelos governadores.

Entendeu a lógica que movia as forças políticas na República Velha? Vamos aprofundar um pouco mais ao observar a figura:



Figura 12: O poder das oligarquias agrárias.

Fonte: http://2.bp.blogspot.com/_4SxExif3C7Q/ShRM4-aMLTI/AAAAAAAAAAHw/nLuF7XH-3T0/s400/POL%C3%8DTICA+DO+C AF%C3%89+COM+LEITE+-+ESQUEMA.jpg

Observemos que, em cada Estado, existia uma minoria de pessoas que se alojavam no poder (oligarquia), os quais se associavam ao governo federal por meio do apoio pelo voto. Durante esse processo histórico de implantação da política dos governadores, observamos a existência da chamada “política do café com leite”. Em que consistia tal política? Nada mais era que a articulação da liderança das oligarquias Mineira e Paulista no poder federal ao longo da República Velha (1889-1930).

Mas vale destacar que a figura chama a sua atenção para o poder político em nível local. O poder dos coronéis. Está aí estruturado um cenário político que fragmentou o poder republicano – se compararmos com o período imperial – mas também o reforçou em nível local. Compreenderemos melhor esse processo na próxima unidade.

Em estudo recente, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, ao enfatizar as elites políticas mineiras, questiona a abordagem recorrente de que Minas Gerais sempre esteve, durante a Primeira República, oferecendo apoio maciço às candidaturas apoiadas por determinados setores mineiros. Melhor dizendo, ela questiona a visão de alinhamento à famosa política de café com leite. Para se ter uma ideia disso, em suas palavras:

Um terceiro momento propício à divisão nacional ocorreu por ocasião da sucessão de Epiácio Pessoa à Presidência da República. Opuseram-se duas candidaturas. A de situação, sustentada pelos Estados de Minas e São Paulo, encabeçada por Artur Bernardes; e a de Nilo Peçanha, sustentada por gaúchos, fluminenses e baianos.

É natural que os mineiros apoiassem maciçamente a candidatura de seu conterrâneo. O levantamento realizado comprova que apenas 15,78% da elite mineira sustentou a candidatura oposicionista de Nilo Peçanha. (Ver quadro Número 7). O que nos chamou mais a atenção foi o fato de que o menor apoio a Bernardes partiu exatamente da região sul-mineira e o maior apoio partiu da Mata, região de origem do candidato.

Novamente, as duas regiões encontravam-se em pólos opostos. Desta vez, pode ter atuado como elemento mobilizador da candidatura fluminense de Nilo Peçanha no Sul de Minas Gerais as mudanças empreendidas por Bernardes no PRM quando esteve à frente do governo de Minas (1918-1922). Na ocasião, Bernardes provocou mudanças partidárias importantes que confluíram no afastamento de antigos coronéis (em sua maioria sul-mineiros) do controle da comissão executiva do partido. Tal comportamento angariou oposições que iriam se manifestar por ocasião de sua candidatura presidencial, poucos anos mais tarde (VISCARDI, 2001, p.6).

Visando compreender melhor o processo mineiro quanto à política na Primeira República, faremos um estudo sobre tal processo a partir de um artigo dessa autora disponível na internet. Veja o Box ao lado.

Chegamos ao final dessa primeira unidade e você deve ter observado que utilizamos largamente os termos “República Velha”, do mesmo modo que observará o tal termo aparecerá em outros momentos desse material didático. Ressaltamos que denominar a Primeira República de “velha” é recorrente em diversos livros didáticos com que você irá se deparar ao longo de sua trajetória como professores de História. Entretanto, cabe ressaltar a historicidade desse termo em uso, considerando que a atual opção dos Historiadores pelo termo “Primeira República” esvai-se da sobrecarga de juízo de valor comumente associado à República “Velha”.

O termo República Velha recebeu a designação de “velha” segundo a visão dos políticos e intelectuais de pós-1930, especialmente “aqueles vinculados à proposta autoritária estadonovista com a nítida intenção de acentuar a sua força transformadora, sua força revolucionária” (GOMES, 2009, p.22). Ao operar uma periodização de nossa história, os ideólogos do Estado Novo quiseram imputar a visão de que eles se constituíam como um bloco coeso e a Primeira República, chamada de “velha”, seria um período de equívocos e fracassos políticos. Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes afirmou que a

República Velha, segundo a versão dos ideólogos do pós-1930, teria se excedido na adoção da fórmula federativa, copiada dos EUA, o que não só comprometera definitivamente o próprio liberalismo no Brasil, como nos desviara do caminho centralizador já apontado pela monarquia. Por fim, toda a elite político-intelectual daquele período, em suas várias correntes, teria falhado no campo simbólico, pois não conseguira construir nem um imaginário republicano poderoso nem um sentimento cívico de amor à nova pátria. Em tal diagnóstico, a Primeira República situa-se como uma espécie de interregno no curso de história do Brasil, que, a despeito de uma série de dificuldades e problemas, sempre reconhecidos, seguia uma rota, quer antes do episódio da Proclamação da República, quer depois da Revolução de 1930 (GOMES, 1999, p. 23).

ATIVIDADES

Acesse o texto:

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico.

Em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf>

Leia atentamente a discussão que a autora faz em relação às elites mineiras e discuta com o professor e os demais colegas no fórum da disciplina:

Como a autora trata os momentos políticos da Proclamação da República (1889), da disputa eleitoral entre Hermes da Fonseca e Rui Barbosa (1910), da disputa eleitoral entre Nilo Peçanha e Rui Barbosa (1922) e a Revolução de 1930?

Referências

ABREU, Martha & MARZANO, Andrea. Entre palcos e músicas: caminhos de cidadania no início da República. In: CARVALHO, José Murilo de & NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das(orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p.123-49.

ARAÚJO, Jorge Zeidan. As correntes republicanas e o imaginário republicano à época da Proclamação de 1889: concepções e disputas. **Revista Urutágua**. Acadêmica Multidisciplinar DCS/UEM. N 20, Jan./Fev./Mar./Abril de 2010. ISSN. 1519.6178.

BRASIL. Constituição da República Brasileira, 1891. Diário Oficial da União de 1891.

BUONICORE, Augusto. **A proclamação da República**. Disponível em <http://www.contee.org.br/noticias/artigos/art564.asp> acesso em 17/11/2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004, p.15 a 50. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1).

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

FAUSTO, Boris (dir). **O Brasil Republicano. Estrutura de Poder e Economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrant Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t.3, v.1).

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico**. História. Rio Grande do Sul: São Leopoldo, v. 5, n. 4, p. 243-260, 2001. Disponível em <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s11a2.pdf> Acesso em 15/07/2011.